



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

DESAFIOS DA MEDIAÇÃO E APOIO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE NO AMBIENTE ESCOLAR: UMA ANÁLISE DO COTIDIANO

CHALLENGES OF MEDIATION AND SPECIALIZED EDUCATIONAL - AEE SUPPORT IN THE SCHOOL ENVIRONMENT: AN EVERYDAY ANALYSIS

Carla da Conceição Medeiros¹

Franchys Marizethe Nascimento Santana²

RESUMO

O presente artigo busca oportunizar debates, reflexões e aprofundamento a respeito dos desafios enfrentados pelos professores mediadores/apoio no cotidiano escolar, visando romper a fragmentação do modelo de ensino, em que o trabalho individualizado se faz presente nos espaços escolares. A pesquisa procura compreender a parceria entre os docentes, apontando as contribuições do trabalho colaborativo. Além de apresentar a necessidade de fomentar uma formação continuada com um olhar inclusivo para comunidade escolar, que compreenda que a tarefa do professor mediador/apoio não é de cuidador, mas profissional que atua na inclusão.

Palavras-chave: Trabalho colaborativo – Educação Especial – Educação Inclusiva – Professor Mediador/Apoio.

ABSTRACT

This article seeks to provide opportunities for debates, reflections and deeper insights into the challenges faced by mediator/support teachers in everyday school life, aiming to break the fragmentation of the teaching model, in which individualized work is present in school spaces. The research seeks to understand the partnership between teachers, pointing out the contributions of collaborative work. In addition to presenting the need to promote continued training with an inclusive look at the school community, which understands that the role of the mediator/support teacher is not that of a caregiver, but a professional who works towards inclusion.

¹ Professora, Especialização em História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Universidade Santa Úrsula.

² Professora, Doutora, efetiva da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Coordenadora do Curso de Especialização em Alfabetização, Letramento e Educação Especial: perspectivas da Inclusão e Diversidade Cultural, Coordenadora dos Laboratórios de Arte e Ludicidade Na Diversidade Cultural e Laboratório de Cultura Pedagógica/CPAQ/UFMS. franchys.santana@ufms.br



Keywords: Collaborative work; Special Education; Inclusive Education; Teacher Mediator/Support

1 INTRODUÇÃO

A mediação e o apoio educacional especializado são componentes fundamentais para a inclusão e o desenvolvimento eficaz de estudantes com necessidades especiais no ambiente escolar. Entretanto, esses processos enfrentam inúmeros desafios que impactam diretamente nas práticas e objetivos propostos. Deve-se considerar a atuação do docente do Atendimento Educacional Especializado - AEE que tem a função de facilitar a comunicação e interação entre professor, estudante e toda comunidade escolar oportunizando um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e colaborativo, com vistas a atender suas necessidades específicas, garantindo que todos tenham acesso equitativo ao currículo e às oportunidades de aprendizagem. (Silva, 2023).

Nossa decisão em abordar a presença do professor mediador nos espaços escolares e os entraves no processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais foi motivada pela atuação na educação especial e pela observação de situações em que o docente mediador é percebido como cuidador, evidenciando um descaso recorrente. Quando atuamos na educação especial, percebemos a realidade da educação, às vezes cruel, excludente e seletiva. Quando passamos pela graduação, ocorre uma romantização da educação na teoria, contudo na prática é completamente diferente, o olhar para um aluno com necessidades educacionais especiais, é carregado por estereótipos, distanciamento, capacitismo e rótulos.

Muitas vezes escutamos de profissionais da educação “ o importante é ele (a) estar socializando. Não negando a importância da socialização, pelo contrário, é considerável para qualquer aluno no espaço escolar, mas estabelecer uma condição para o aluno, no meu ponto de vista é desumano, pois cada indivíduo tem suas especificidades e formas de aprender. Por presenciar e observar um distanciamento da parte da gestão escolar e da escola como um todo, decidimos abordar os desafios do professor mediador nesse espaço institucional.

O objetivo geral da pesquisa é refletir sobre a necessidade do professor mediador / apoio educacional especializado nos espaços escolares para os alunos com necessidades educacionais especiais, quebrando os estigmas de cuidador. O profissional atua de forma colaborativa, planejando estratégias e métodos que auxiliem a participação de todos os alunos nas atividades propostas. Como também, ajustando, flexibilizando e adequando com as necessidades de cada um. Em que ambos participam de forma plenamente na elaboração de um currículo acessível.

É angustiante percebermos como a sociedade está muito aquém da inclusão no espaço escolar. E quando pensamos em inclusão, é no sentido amplo, que envolve todas as pessoas que vêm sendo



excluídas, por uma sociedade que estabelece padrões de aceitação e quando não são aceitas, são marginalizadas e excluídas dos espaços sociais, culturais, educacionais, políticos e econômicos do país. Apesar dos avanços nos processos de inclusão, com leis, decretos e normativos que enfatizam o respeito às diferenças, a igualdade de oportunidades para o acesso e permanência, os grupos tradicionalmente excluídos, sejam eles negros, indígenas, ciganos, nômades, pessoas com deficiências, enfrentam dificuldades de inserção na sociedade (Silva, 2023).

Para a pesquisa, estaremos estabelecendo um grupo específico, que são as pessoas com necessidades educacionais, que segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996, no art. 58, estabelece que são “educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

Apesar dos avanços nas políticas públicas, nas Leis, a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), 9394/1996, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), Lei Brasileira de Inclusão (LBI), 13.146/2015, às práticas inclusivas nos espaços escolares são superficiais, uma vez que, desconstruir a escola arraigada em currículo eurocêntrico, envolvem um ensino colaborativo e uma gestão comprometida com a inclusão.

A estrutura escolar ainda perpetua uma separação dos alunos com necessidades educacionais especiais na prática escolar. O aluno passa a ser do professor mediador, e não da escola. O professor regente estabelece um plano de aula, que muitas vezes não contempla os alunos com necessidades. A inclusão e permanência nos espaços escolares, das pessoas com necessidades educacionais ainda ocorrem de forma lenta e gradual, será que estamos incluindo ou integrando o aluno? A escola vem adaptando as necessidades do aluno, ou ele vem adaptando-se? Estas são algumas inquietações como docente de apoio. Observando os espaços escolares, em que os professores regentes, deixam de planejar, elaborar e adaptar as atividades dos alunos com necessidades educacionais especiais, deixando a responsabilidade para os professores mediadores. Segundo Mousinho (2010, p.30), “a principal função do mediador é ser o intermediário entre a criança e as situações vivenciadas por ela, onde se depara com dificuldades de interpretação e ação”.

E partindo deste questionamento, minha pesquisa será centrada em como funciona a inclusão dos alunos atípicos no processo de ensino e aprendizagem com o professor mediador nos espaços escolares. As escolas estão recebendo os professores mediadores nos espaços escolares? Ocorrem entraves para sua atuação? Para responder essas inquietações, a fundamentação teórica do artigo será pautada nas seguintes autoras: Glat (2011); Mantoan (2003); Tezani (2004); Mousinho (2010), dentre outros.

Acredito que a inclusão dos alunos com necessidades especiais não pode ficar apenas no papel,



mas ocorrer de fato, mas para que isso ocorra exige-se uma construção de uma cultura educativa que aceita a todos, independente das suas diferenças. A escola não pode isentar da sua responsabilidade em proporcionar e fomentar uma nova postura educacional inclusiva, com adaptações curriculares, propostas e práticas pedagógicas, formação continuada de todos os profissionais que atuam na educação e ações efetivas que priorize o ensino respeitando as singularidades de cada um.

2 INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A promoção da diversidade e equidade na Educação Básica assumiu um compromisso constitucional com a edificação de uma sociedade mais justa e inclusiva. Uma perspectiva histórica da educação inclusiva, perpassa com a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, quando representou um marco para a Educação em Direitos Humanos no Brasil gerando outras leis que asseguram a cidadania e os direitos às pessoas com deficiências. No seu Art. 208 III atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Em 1994, a UNESCO, estabelece um documento que caracteriza um marco para educação inclusiva, a declaração de Salamanca, pauta humanitária, preocupação com a garantia de direitos e compromisso com a Educação para todos, reconhecendo que as pessoas com necessidades especiais devem ter acesso a escola regular.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB (9394/1996), no Art 58- “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. Somente em 2008, entra em vigor a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular complementa e/ ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela” (Brasil, 2008, p.12).

Vale destacar, que esta política vem reafirmar os direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais, que ainda vivenciam situações desrespeitosas, de exclusão e dificuldades de acesso aos logradouros. O olhar da escola para a inclusão, precisa ser mais empático, equânime e aceitar as especificidades de cada aluno. E o processo inclusive, ocorre de fato, conforme os documentos norteadores especificam.

Um grande avanço para educação especial, foi a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nº 13146/2015, que preconiza em seu Art. 2º ,



Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

A lei representa um marco nos direitos da pessoa com deficiência, reforçando que todos têm direito de estudar, à matrícula na escola regular, a aprendizagem e a permanência respeitando as singularidades de cada um. Para que a inclusão seja efetivada nos espaços escolares, é preciso estabelecer estratégias, metodologias, ações e comprometimento de gestores nas suas práticas inclusivas. De fato, ainda temos que avançar na execução dos serviços, mas já alcançamos progressos nas práticas inclusivas., como apontam as autoras Leme e Toledo (2022, p.126).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), na perspectiva do Coensino (Ensino Colaborativo), o Desenho Universal de Aprendizagem (DUA) e o Plano Educacional Individualizado (PEI) refletem uma perspectiva educacional mais atenta e comprometida com a inclusão (Lene e Toledo, 2022, p.126).

A estrutura escolar necessita de significativas mudanças, espaço, tempo, práticas educativas que coadunam com as especificidades de cada um e profissionais comprometidos e sensíveis com a perspectiva do olhar inclusivo. As redes de ensino devem fomentar um currículo acessível, adequado e flexibilizando as formas e métodos de ensino, com uma gestão participativa que busque articulações e promova formação continuada para toda comunidade escolar.

O desafio de romper os paradigmas, começam no cotidiano escolar, e mais do que nunca, é no chão da escola que as ações devem ecoar para uma educação inclusiva. Segundo Leme e Toledo (2023): “O exercício de uma práxis pedagógica que trabalhe sob a perspectiva inclusiva deve ser diário e constante, sempre voltado para se pensar em como é estar do outro lado do processo, focando nas barreiras a serem levantadas e superadas” (p.133). E como forma de superação, uma gestão comprometida, busca rede de apoio, acolhimento, escuta ativa, utilizando estratégias pedagógicas diversificadas, que desperte os interesses dos alunos e atenda às necessidades de cada indivíduo.

Dessa forma, a escola precisa tornar o processo educativo mais atraente, plural e factível, com a realidade dos educandos. E acima de tudo, promover uma ressignificação do processo educacional, valorizando as diferenças na sala de aula, com práticas equitativas e uma educação humanizada.

2.1 A função do professor mediador/professor de apoio educacional

Estabelecer uma responsabilidade do professor mediador / apoio educacional especializado ao estagiário é negar a relevância do estudante da educação especial. A atuação do mediador é ampla, envolvendo desde comunicação, interação, conteúdos, afetividade, ações pedagógicas e relação de



confiança para adquirir uma aprendizagem significativa. Não queremos criticar o futuro professor, mas mediar conhecimentos de pessoas com deficiência exige-se conhecimento e preparo.

O mediador é aquele que no processo de aprendizagem favorece a interpretação do estímulo ambiental, chamando a atenção para os seus aspectos cruciais, atribuindo significado à informação recebida, possibilitando que a mesma aprendizagem de regras e princípios sejam aplicados às novas aprendizagens, tornando o estímulo ambiental relevante e significativo, favorecendo o desenvolvimento. A principal função do mediador é ser o intermediário entre a criança e as situações vivenciadas por ela, onde se depara com dificuldades de interpretação e ação (Mousinho et al, 2010).

Dialogando com as autoras, o mediador precisa construir uma relação de confiança com o aluno, de modo a participar do mundo e da vivência do estudante, respeitando suas características específicas. O professor mediador/ apoio especializado atua em conjunto com o professor regente, um ensino colaborativo, uma parceria que favorece o aluno, a escola e a família.

Segundo Mamedes (2021, p.2) “O mediador deve estar apto a orientar o professor com estratégias que favoreçam o comportamento interativo com o aluno. O mediador não pode esquecer que a turma, incluindo a criança que ele atua, tem um professor para conduzi-la”. É relevante destacar que o aluno com deficiência necessidades educacionais especiais não é do professor mediador, mas sim da escola. A comunidade escolar precisa entender que a responsabilidade é de todos, desde do porteiro que recebe a criança até a direção.

Para Mousinho et al. (2010), a atuação do mediador não se pode restringir à sala de aula, nem à criança que ele acompanha. O mediador deve dar o apoio necessário em diferentes situações, ambiente e contextos escolares, seja nas atividades em sala de aula, no recreio, na interlocução com professores regentes e equipe escolar ou até mesmo na relação da criança com seus pares.

Considero que a troca de saberes, através do ensino colaborativo entre professor regente e professor mediador/ apoio especializado enriquece as práticas inclusivas, e ressignifica o modelo homogêneo, que trata como iguais os diferentes. A elaboração de propostas, metodologia e técnicas que humanizem a educação.

A proposta de coensino implica a redefinição do papel dos professores de ensino especial como apoio centrado na classe comum e não somente serviços que envolvam a retirada dos educandos com deficiência das salas de aula regulares”(Leme et al., 2022, p.150).

O profissional necessita afirmar e propiciar iniciativas e ações que o papel do mediador, não é de ser coadjuvante, mas conduzir o desenvolvimento da criança de forma contínua, em qualquer situação do dia a dia em que a criança esteja ativamente envolvida. A função do professor mediador ainda é pouco discutida no espaço escolar e muitos profissionais desconhecem as suas atribuições, e muitas vezes é visto como um cuidador, desconsiderando o trabalho participativo e pedagógico para



os alunos com necessidades educacionais especiais. É preciso discutir em âmbito nacional e exigir que tenham mais educadores que atuam na mediação nas escolas brasileiras.

No Estado do Rio de Janeiro, em 2018, o projeto de lei 3970/2018, dispõe da presença do professor mediador nas escolas públicas. Estabelecendo que:

Art. 1º - As escolas públicas da rede estadual de ensino do Estado do Rio de Janeiro ficam autorizadas a manter a presença de professor mediador nas salas de aula que tiverem alunos com diagnóstico médico. Art. 2º - Para fins desta lei, entende-se como professor mediador o profissional devidamente habilitado, capacitado ou qualificado na área de educação especial que acompanha e atua em conjunto com o professor titular em sala de aula, a fim de atender aos alunos com deficiência matriculados na educação básica regular das escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro.

Segundo o projeto de lei, o aluno que tem direito ao professor mediador necessita de diagnóstico médico e que acaba cerceando o atendimento apenas aos estudantes que apresentam laudos, impactando na exclusão de alunos que apresentam comprometimentos e não possuem um diagnóstico, deixando claro que a inclusão não se faz presente. A formação de acordo com o projeto de lei específica que é um profissional na área de educação especial. A função do professor mediador \ apoio, segundo a Lei Brasileira Inclusão 13.146/2015 (LBI) no inciso XIII, estabelece que:

Profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (Brasil, 2015).

Destaca-se que a lei não sinaliza as atividades pedagógicas que os profissionais executam, estabelecendo as funções de cuidadores. Cabe frisar, que o professor mediador/apoio, atua de forma integral no desenvolvimento dos educandos, sejam nos aspectos cognitivos, afetivos, sociais, psicomotores. Nas adequações curriculares, no planejamento, nas relações afetivas e na construção de materiais pedagógicos apropriados.

2.2 Interação entre professor regente & mediador/apoio educacional

A educação escolar se faz na convivência entre todas as pessoas, é nas relações que a inclusão se materializa, no coletivo compartilham experiências, constroem planejamentos, adequações necessárias e trocas de saberes. A escola precisa ter um olhar mais cooperativo, construindo uma rede de apoio e acolhimento para o trabalho participativo entre os docentes.

É relevante ter em mente que a atividade colaborativa contribui para aprendizagem de todos os estudantes. A ação conjunta entre professores regentes e da educação especial, é de parceria,



responsabilidade, uso de estratégias ativas, relação dialógica, respeito e acolhimento. Como destaca Leme et al. (2022).

O termo ensino colaborativo é definido como uma parceria e entre os professores de ensino regular e especial, desde que os dois professores se responsabilizem e compartilhem o planejamento, a execução e a avaliação de um grupo heterogêneo de estudantes, dos quais alguns possuem necessidades educacionais especiais (Leme, et.al.2022, p.60).

Convém observar que a realidade tem demonstrado uma desarticulação entre o trabalho do professor regente e do professor mediador / apoio, o planejamento não ocorre em conjunto, as estratégias de ensino não são dialogadas, impactando em um trabalho desarticulado, que prejudica o educando. É preciso pensar e construir perspectivas de trabalho articulado e mais próximo, por intermédio de compartilhamento de responsabilidades, interações humanísticas, adequações curriculares, diversas metodologias, conteúdos dinâmicos e atrativos, que respeite as singularidades de cada aluno.

O professor é o facilitador da aprendizagem, e a parceria entre os educadores, oportuniza troca de conhecimentos, experiências e construção de práticas inovadoras, que proporciona múltiplos meios de envolvimento. O ensino colaborativo é uma dinâmica de trabalho, que necessita de uma dimensão estrutural e institucional na educação escolar. Com práticas equitativas, engajamento da gestão escolar, currículo com conteúdo horizontais e formação continuada para toda comunidade escolar pensada na perspectiva da educação especial. Para Machado e Almeida “o trabalho colaborativo pode diminuir distinções de papéis existentes entre os profissionais envolvidos, a fim de que cada um possa fazer o melhor uso possível de seus saberes”.

De acordo com as autoras, a ação conjunta do professor regular e professor mediador/apoio, é diminuir as discrepâncias em que um profissional é melhor que outro, mas a interação entre os pares, é uma ferramenta que faz toda diferença no ensino-aprendizagem, beneficiando não apenas os alunos com necessidades educacionais especiais, mas todos os demais alunos da turma.

É necessário repensar as práticas de inclusão no espaço escolar, e adotar o ensino colaborativo/coensino, exigindo um novo modelo de escola, capaz de romper com condutas arraigadas, excludentes e discriminatórias, que normalizam o dia a dia das instituições.

A proposta de coensino tem como característica ser adaptativa, portanto requer tempo para mudanças contextuais. Deve ser intencionalmente cultivada ou desenvolvida e, também, ser considerada nos processos de formação, tanto inicial quanto continuada, por meio da atuação profissional a qual permite a prática e a reflexão sobre ela (Vilaronga e Mendes, 2017, p. 27).



Considerando-se que a formação docente inicial e continuada, com o ensino colaborativo envolvem investimentos, políticas públicas e uma gestão comprometida e participativa. Muitos profissionais não estão preparados para trabalhar de maneira cooperativa, e a gestão deve contribuir para interação entre os professores e os demais funcionários. Promovendo valorização dos professores, trocas de experiências, formação, articulação nas reuniões pedagógicas, fomentando a ação coletiva. Neste sentido, a formação para educação inclusiva necessita ser mais próxima da realidade da escola, fortalece a inclusão, além de possibilitar atualização e melhora na atuação profissional.

2.3 Estratégias e alternativas para eliminar as barreiras para educação inclusiva no espaço escolar

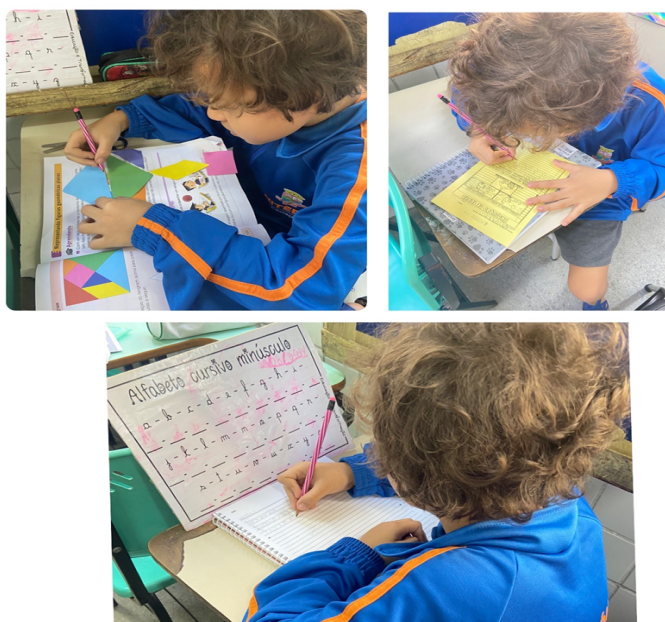
Este estudo está fundamentado em pesquisas bibliográfica de metodologia qualitativa com o objetivo de analisar obras, artigos e documentos que nos tragam um esclarecimento e enriquecimento do aporte teórico para a compreensão da realidade do objeto. Também utilizou-se a pesquisa empírica, analisando nosso cotidiano e mostrando as atividades realizadas com crianças com deficiência.

A escola como espaço de desenvolvimento humano , precisa promover estratégias pedagógicas que promovam a equidade , compreendendo que cada indivíduo aprende de maneira diferente e no seu tempo, com métodos e ferramentas adequadas, respeitando as individualidades de cada um. E na busca das diversas aprendizagens, há a necessidade de professores capacitados, currículos flexíveis e adaptados, materiais e recursos acessíveis , comunicação alternativa, uso da tecnologia , em prol do aprendizado dos estudantes.

As metodologias implementadas nos espaços escolares, precisam dialogar com a realidade dos alunos, potencializando saberes e estabelecendo estratégias pedagógicas significativas. Para isso, a escola junto com toda comunidade escolar , necessita implantar atividades colaborativas entre os estudantes e professores , utilizando materiais acessíveis, ambiente acolhedor e respeitoso . O desenvolvimento da criança é um processo contínuo que ocorre em qualquer situação do dia a dia, em que ela esteja ativamente envolvida no processo, interagindo entre os seus pares, respeitando suas limitações e potencialidades.



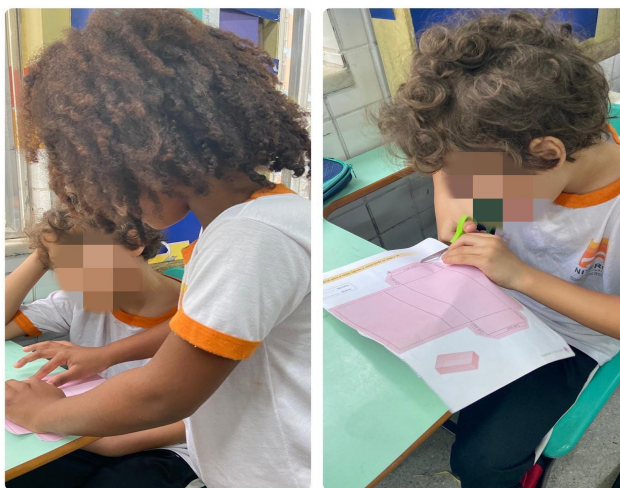
FIGURA 1: Aluno do 2º ano do 1º ciclo do ensino fundamental – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)



FONTE: Arquivo pessoal da autora, 2024.

Nas imagens o aluno utiliza uma placa com as letras do alfabeto. Um recurso de baixo custo, que auxilia na escrita e facilita a construção de textos. Utiliza recortes para confecção de formas geométricas , trabalhando figuras planas. O material foi planejado e confeccionado pelo professor mediador.

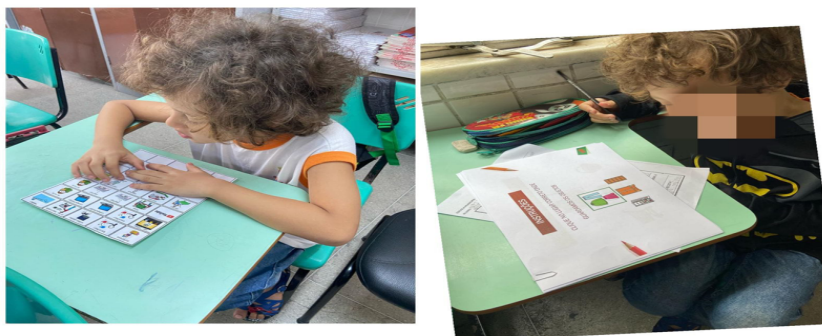
Figura 2 - Atividades Lúdicas



FONTE: Arquivo pessoal da autora,2024.



Figura 3 - Atividades com pictograma



FONTE: Arquivo pessoal da autora, 2024.

Na imagem o aluno está utilizando pictograma , um recurso gratuito que oferece materiais adaptados, disponível no site <https://arasaac.org/about-us>.

Figura 4 - Atividades Musicais



FONTE: Arquivo pessoal da autora,2024.

Na imagem, o aluno participa da aula de música , permitindo concentração e autonomia.



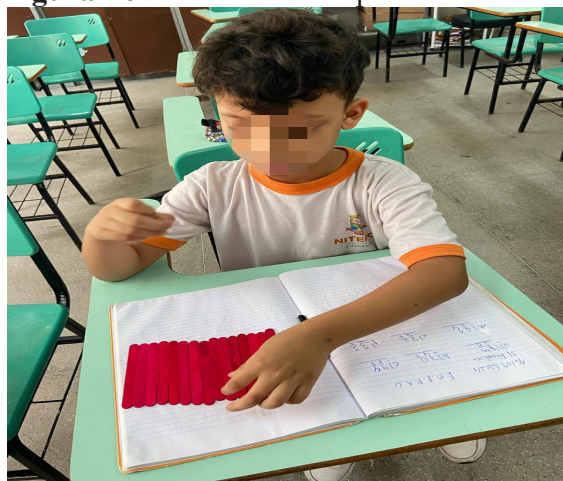
Figura 5 - Aluno do 2º ano do 1º ciclo do ensino fundamental - Transtorno do Espectro Autista - TEA - Nível de suporte 1



FONTE: Arquivo pessoal da autora ,2024

Na figura, o aluno confecciona o paralelepípedo, com ajuda dos colegas, possibilitando trabalho colaborativo entre pares. Foi possível trabalhar a interação, coordenação motora, concentração e autonomia.

Figura - 6 Atividades com palitos



FONTE: Arquivo pessoal da autora, 2024.

Na imagem, o aluno utiliza palito de picolé para auxílio de cálculos matemáticos como ferramentas auxiliares para realizar cálculos matemáticos. Essa abordagem prática facilita a compreensão dos conceitos, tornando o aprendizado mais concreto e interativo.



Figura 7 - Atividades com orientação da mediadora



FONTE: Arquivo pessoal da autora, 2024.

Aluno nível de suporte 3, não verbal - Transtorno do Espectro Autista (TEA) - 5ª ano do ensino fundamental, ciclo 1. Na imagem, apresento o aluno desenvolvendo a escrita, a partir do desenho.

Figura 8 - Atividades Lúdicas



FONTE: Arquivo pessoal da autora, 2024



Aluna nível de suporte 3, não verbal - Transtorno do Espectro Autista (TEA) - Pré 2. Para trabalhar a concentração da aluna, que tinha como hiperfoco os animais, utilizei jogos da memória, quebra cabeça.

As práticas envolvendo a ludicidade utilizadas pelos professores mediadores com alunos com deficiência têm contribuído eficazmente no processo ensino-aprendizagem mais dinâmico, criativo e significativo possibilitando independência de suas limitações. Ao docente cabe permitir que seus alunos participem de atividades importantes, condizentes com uma aprendizagem mais significativa. Acredita-se que para instigar o sujeito e proporcionar seu desenvolvimento e inclusão é fundamental elaborar e propor atividades prazerosas, desafiadoras, significativas, que despertem o interesse e a sociabilização. Desse modo, constata-se que as atividades lúdicas podem ser uma excelente ferramenta pedagógica de desenvolvimento e inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, pretendeu-se analisar o trabalho colaborativo entre docentes que se constitui um espaço de aprendizagem, dividindo todas as responsabilidades de uma sala de aula, com planejamento, comunicação, interação, acessibilidade, do currículo somando-se conhecimentos diferenciados, fortalecendo uma rede de apoio em prol da aprendizagem dos alunos.

Nota se que o trabalho colaborativo do professor mediador ainda é visto como coadjuvante nos espaços escolares, e muitos desconhecem suas atribuições, principalmente gestores, impactando nas ações direcionadas ao aluno com necessidades educacionais especiais. E o papel preponderante de uma gestão escolar democrática e inclusiva, perpassa em incluir programas de formação profissional, acessibilidade do currículo, proposta pedagógica que dialoguem com a realidade do aluno e do contexto que ele esteja inserido.

Apesar dos avanços no processo de inclusão, ainda deparamos com várias barreiras no contexto escolar, dentre elas arquitetônicas, urbanísticas, transportes, comunicação, informação, tecnológicas, e as atitudinais. Vale destacar, que as atitudes que muitos educadores reproduzem, cerceiam o desenvolvimento de aprendizagem, e muitas vezes, estabelecem rótulos que prejudica tarefa conjunta em que toda equipe, funcionários e comunidade local, precisam engajar-se em ações efetivas que estabelecem uma educação plural, diversificada, autônoma e participativa.

Assim, o professor mediador, junto com o professor regente, necessita articular-se múltiplas estratégias para atender os diferentes estudantes que tem em uma sala de aula. Cada qual com suas especificidades e saberes. Logo, trabalhar uma dinâmica em que todos tenham vozes e não sejam estigmatizados em função das suas limitações, é um desafio que precisa ser combatido



constantemente. Por isso, é necessário evitar a estigmatização dos estudantes, público alvo da educação especial, como aluno do mediador e não da escola.

Desse modo, articular ações compartilhadas, facilita a inserção dos alunos nas instituições, aumentam as chances de aprendizagens e valoriza seu pertencimento. A escola que anseia por uma educação inclusiva, prioriza profissionais capacitados, com formação de equipes colaborativas, articula-se com a família e a comunidade escolar, promove ações que viabilize recursos e materiais pedagógicos, melhorando a qualidade do ensino, além de promover interação entre seus pares, professores e alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL . LEI N 13.146. **Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Brasília: MEC, 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC. 2008.

BUSS, B; GIACOMAZZO, G. F. As interações Pedagógicas na Perspectiva do ensino Colaborativo (Coensino) : Diálogos com o Segundo professor de turma em Santa Catarina. In. **Revista Brasileira de Educação Especial** . 25 (04) , Bauru , out ./ dez. 2019.

DECLARAÇÃO DA ONU. **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Brasília, 2006.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha. 1994.**

LEME, Erika Souza; TOLEDO, Mônica dos Santos [org] . **Ensino colaborativo: diálogo entre a universidade e a educação básica** . São Carlos : Pedro & João Editores, 2022.

MACHADO. Andrea Carla; ALMEIDA. Maria Amélia. A PARCERIA NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO COLABORATIVO PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. **Rev. Psicopedagogia** 2010; 27(84): 344-51

MANTOAN. Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar: O que é? Por que ? Como fazer? .** São Paulo, Moderna, 2003.

MAMEDES, Norenir Oliveira Leite. **Educação Inclusiva: Interação de professor e mediador.** Revista Educação Pública, v. 21, nº 25, 6 de julho de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/25/educacao-inclusiva-interacao-de-professor-e-mediador> . Acesso em : 18/10/2024

MOUSINHO, R. et al. **Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões.** Revista



Psicopedagogia, São Paulo, v. 27, nº 82, 2010. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em:

SANTOS, ANA PAULA RIBEIRO; CAMPELO, TALITA DA SILVA. **A importância do mediador no processo de inclusão escolar**. Educação Sem Distância, Rio de Janeiro, n.8, jul/dez. 2023.

SILVA, João. **Mediação e Apoio Educacional Especializado: Inclusão de Estudantes com Necessidades Especiais**. 2. ed. São Paulo: Editora Educação Inclusiva, 2023.

Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional? Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil. Revista Brasileira de Educação v. 28 e280081 2023.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Resultados da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais** : acesso e qualidade. Brasília : CORDE, 1994.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. Formação de professores como estratégia para realização do coensino. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v.4, n. 1, p. 19-32, 2017 - Edição Especial.